



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
VIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA **1ª ETAPA** **Cuiabá – Mato Grosso, 24 de abril de 2004**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torna-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões após decorridas 02 (duas) horas.
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito da prova será afixado na portaria do Edifício Sede do TRT 23ª Região e na Internet www.trt23.gov.br no domingo.

DIREITO PENAL

01 – “A” deseja matar seu marido. Determinada manhã, ministra pequena porção de veneno, idônea para causar o óbito de uma pessoa, no seu café. O esposo bebe toda a infusão sem se aperceber do que se sucede. Alguns momentos depois começa a passar mal. “A”, arrependida, tenta salvá-lo, induzindo-o a vomitar. Obtém sucesso e o salva. Tal desenrolar fático caracteriza:

- a) Desistência voluntária;
- b) Arrependimento eficaz;
- c) Arrependimento posterior;
- d) Crime impossível;
- e) Impossibilidade jurídica de subsunção do fato à norma.

02 – Dadas as proposições, assinale abaixo a alternativa certa:

I – No delito de reingresso de estrangeiro, incide também o estrangeiro que expulso do país se recusa deixar o território nacional.

II – Caracteriza-se o crime de patrocínio infiel quando o advogado ou procurador judicial defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

III – Não dá ensejo ao crime de patrocínio infiel o advogado negligente que deixa de alegar matéria de defesa em favor de seu constituinte, gerando prejuízo;

IV – Dá-se o crime de denúncia caluniosa quando é imputado a alguém a prática de crime de que se sabe inocente, ainda que a imputação de crime seja parcialmente verdadeira.

- a) Estão corretas apenas as proposições I, II e IV;
- b) Estão corretas apenas as proposições II e III;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, III e IV;
- d) Está correta apenas a proposição II;
- e) Está correta apenas a proposição III.

03 - Sobre os crimes contra a Administração Pública é incorreto afirmar:

- a) Na concussão, em que o verbo típico é solicitar, existe acordo de vontade entre as partes; Na corrupção passiva, em que o verbo típico é exigir, há imposição da vontade do funcionário público sobre o terceiro;
- b) O crime de advocacia administrativa pode ter como sujeito ativo funcionário público sem formação jurídica;
- c) Os sujeitos não podem, ao mesmo tempo e em face do mesmo fato, responder pelo crimes de corrupção ativa e concussão;
- d) Contrabando é o fato de importar ou exportar mercadorias que são total ou parcialmente proibidas de entrar ou sair de nosso país. Descaminho é a importação ou exportação de mercadorias sem o pagamento dos tributo devidos;
- e) O crime de condescendência criminosa não admite tentativa.

04 – Analise as proposições abaixo:

I- Admite-se a exceção da verdade na difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

II- É admitido perdão judicial em caso de difamação.

III- Na difamação e na calúnia há ofensa à honra subjetiva e, na injúria, à honra objetiva.

IV- Não se possibilita arguição de exceção da verdade na hipótese de injúria.

V- A lei prevê que é punível a difamação da memória dos mortos.

Tendo em conta o que estabelece o Código Penal, pode-se afirmar que:

- a) Os enunciados I e IV são incorretos;
- b) Somente os enunciados II e V são corretos;
- c) Somente o enunciado III é correto;
- d) Todos os enunciados são corretos;
- e) Os enunciados II, III e V são incorretos;

05- Assinale a proposição correta:

I- O crime, sendo uma ação típica, ilícita e culpável, compõem-se de quatro elementos: a ação, a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade;

II- Em relação aos crimes unisubsistentes, a tentativa não é admitida e a consumação caracteriza-se com a ação do agente;

III- Crime de mão própria são aqueles que não exigem um resultado externo à ação do agente ativo;

IV- Território nacional para aplicação de lei penal quer dizer “ extensão do território”, no qual se inclui os navios e aviões públicos, onde se encontrem, e os navios e aviões que se encontrem fora do espaço aéreo de qualquer país ou em alto mar.

- a) I e III são corretas.
- b) II e III são incorretas.
- c) Apenas III é incorreta.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

06 - Sobre Arrendamento Mercantil (Leasing) temos que:

- a) A constituição e o funcionamento das pessoas jurídicas que tenham como objeto principal de sua atividade a prática de operações de arrendamento mercantil, denominadas sociedades de arrendamento mercantil, dependem de autorização do Banco Central do Brasil;
- b) É permitida a realização de operações de arrendamento mercantil somente com pessoas jurídicas;
- c) Acessão de contratos de arrendamento, bem como dos direitos creditórios deles decorrentes, a entidades domiciliadas no exterior, depende de prévia autorização do Conselho Monetário Nacional;
- d) É vedada às sociedades de arrendamento mercantil a contratação de operações de arrendamento mercantil com administradores da entidade e seus respectivos cônjuges e parentes até o 3º (terceiro) grau;
- e) A existência de modalidades de arrendamento mercantil se repartem em 3 (três) espécies: mercantil financeiro, mercantil operacional e mercantil administrativo.

07 - Título de Crédito, emitido pelos armazéns gerais juntamente com o conhecimento de depósito, tendo como finalidade garantir o crédito de mercadorias, denomina-se:

- a) Cédula de crédito bancário;
- b) Warrant;
- c) Cédula de crédito rural;
- d) Nota promissória rural;
- e) Cédula do produtor rural.

08 - As operações de factorings se caracterizam:

- a) Pela captação de recursos financeiros de terceiros somente de depósitos a prazo;
- b) Pela captação de recursos financeiros de terceiros somente de depósitos à vista;
- c) Pela prestação de serviços e a compra de direitos creditórios de empresa, resultantes de suas vendas mercantis a prazo;
- d) Pela contratação de operação financeira típica;
- e) Por ser empréstimo de curto prazo, em regra para as empresas de pequeno porte.

09 – A propósito da tripulação de uma aeronave é correto afirmar:

- a) Toda aeronave terá a bordo um comandante, membro da tripulação, designado pelo Comandante da Aeronáutica e que será seu preposto durante a viagem;
- b) O comandante poderá delegar a outro membro da tripulação quaisquer outras atribuições que lhe competem, inclusive as que se relacionem com a segurança do vôo;
- c) Ocorrendo mal súbito ou óbito de pessoas, o comandante providenciará, na última escala, o comparecimento de médicos ou da autoridade policial local, para que sejam tomadas as medidas cabíveis;
- d) São considerados tripulantes as pessoas devidamente habilitadas que exercem função a bordo de aeronaves e os passageiros registrados no diário de bordo;
- e) No serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda um terço dos comissários a bordo da mesma aeronave.

10 - Na alienação fiduciária em garantia:

- a) O credor fiduciário não adquire a propriedade do bem;
- b) O credor fiduciário recebe o bem em penhor se se tratar de coisa móvel e em hipoteca, se imóvel;
- c) O devedor fiduciante tem a posse direta e o credor fiduciário tem a propriedade do bem e a posse indireta;
- d) O devedor celebra com o credor contrato de compra e venda com reserva de domínio;
- e) A posse e a propriedade do bem pertencem ao credor, sendo o devedor mero usufrutuário, enquanto não pagar a dívida.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

11 - A propósito dos beneficiários do regime geral de previdência social as seguintes assertivas são verdadeiras, salvo:

- a) Poderão ser beneficiários na condição de dependente os pais, cuja dependência econômica será presumida;
- b) O empregador doméstico poderá se filiar ao regime previdenciário na condição de segurado facultativo;
- c) É segurado obrigatório como empresário o sócio cotista que receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;
- d) É segurado obrigatório como segurado especial o pescador artesanal que exerce sua atividade de forma artesanal;
- e) Poderão ser beneficiários na condição de dependente a companheira, cuja dependência econômica será presumida

12- Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta.

- No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social será composto unicamente pelas receitas da União;
 - A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
 - O salário-de-contribuição relativo ao contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimos e máximos previstos na legislação;
 - O salário-maternidade não é considerado salário-de-contribuição;
 - A gratificação natalina integra o salário-de-contribuição, inclusive para cálculo de benefício na forma regulamentar.
- a) V – V – V – F – F
 - b) F – F – V – V – V
 - c) V – F – F – V – F
 - d) V – F – F – F – V
 - e) F – V – V – F – F

13- Analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

I. O direito da seguridade social de apurar ou constituir seus créditos extingue-se após 20 (vinte) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído ou na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

II. Após constituído o crédito pelo lançamento, tem a seguridade social o prazo de 02 (dois) anos para cobrá-lo, observado previsão constitucional.

III. Conforme previsão constitucional são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

IV. A legislação previdenciária elenca diversas situações de responsabilidades, todas de natureza subsidiária e de caráter presuntivo

- a) Todas são incorretas;
- b) III e IV são corretas;
- c) Somente III é correta;
- d) Todas são corretas;
- e) Somente I e IV estão corretas.

14 - Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta.

- () A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;
- () É segurado facultativo o menor de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição;
- () Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário;
- () É permitido o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, inclusive pensão por morte ou auxílio-acidente;
- () O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

- a) F – F – F – V - F
- b) V - F – V – F - V
- c) V – F – V – V – F
- d) V – V – V – F - V
- e) F – F – V – F - F

15- Assinale a assertiva incorreta:

- a) A seguridade social compreende um conjunto de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- b) Os objetivos da seguridade social, dentre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e equidade na forma de participação no custeio;
- c) Toda a sociedade de forma direta e indireta financia a seguridade social;
- d) Compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, ordenar a promoção de recursos humanos na área de saúde, incrementar em sua área de atuação e desenvolvimento científico e tecnológico e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
- e) Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da Previdência Social, independentemente de idade e contribuição na forma dos planos previdenciários.

DIREITO CIVIL

16 – Dadas as assertivas abaixo, aponte a alternativa correta:

I – domicílio é a sede jurídica da pessoa e difere-se da residência e habitação porque nestas ela habita com *animus* definitivo.

II – o critério que diferencia o domicílio da residência é o mesmo que diferencia esta última da habitação, isto é, aquele é o local onde a pessoa responde por seus negócios, enquanto os dois últimos representam o local que a pessoa se encontra acidentalmente.

III – a residência é o local onde a pessoa habita com ânimo de permanecer; a habitação ou moradia é quando se tem a permanência acidental (alguns dias) e o domicílio tem os elementos objetivo e subjetivo: um, a fixação do lugar: outro, o ânimo de permanecer.

IV – o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, a repartição em que estiver prestando serviços; o do marítimo, onde o navio estiver ancorado; e o preso, o lugar em que cumprir a sentença.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Todas as assertivas estão incorretas;
- c) Apenas uma assertiva está correta;
- d) Apenas duas assertivas estão corretas;
- e) Apenas três assertivas estão corretas.

17 - Sobre prescrição e decadência, assinalar a alternativa incorreta:

- a) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação;
- b) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, desde que antes da prescrição se consumar;
- c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita. Na execução de sentença, porém, só pode ser alegada prescrição superveniente a esta;
- d) O prazo para propositura de determinada ação será prescricional, sempre que a ação para assegurar o direito correspondente objetive condenar o réu a uma prestação;
- e) O juiz não pode suprir, *ex officio*, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

18 – Sobre a classificação dos bens, assinalar a alternativa incorreta:

- a) São bens imóveis, os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;
- b) Os tesouros enterrados no solo, à semelhança dos minérios e dos fósseis em jazida, são bens imóveis;
- c) É bem imóvel, o direito à sucessão aberta em que o “*de cuius*” só possuía móveis em seu patrimônio;
- d) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- e) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis.

19 – Em relação aos bens públicos estão corretas as seguintes assertivas, exceto:

- a) Subsiste impossibilidade de invocação de usucapião sobre eles, bem como a impossibilidade de incidência de execução forçada;
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto guardarem essas condições. Os bens dominiais, porém, podem ser alienados, se autorizado por lei;
- c) A ocupação por particular somente implica na mudança de domínio se não houver manifestação da Administração após vinte anos;
- d) A imprescritibilidade e impenhorabilidade dos bens públicos, têm por finalidade, sobretudo, a preservação desses bens, protegendo-os até contra a negligência da própria Administração;
- e) São bens da União, dentre outros, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

20 – Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa correta:

I – A mora é imputável tanto ao devedor, como ao credor.

II – Mora *ex re* ocorre quando a parte não honra com sua obrigação contratual no dia certo para o vencimento.

III – Nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente, desde o dia em que executar o ato que se devia abster.

IV – Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Todas as assertivas estão incorretas;
- c) Apenas uma assertiva está correta;
- d) Apenas duas assertivas estão corretas;
- e) Apenas três assertivas estão corretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

21- Assinale a alternativa correta:

- a) É possível o tratado internacional - porque compromissa o Brasil perante a comunidade internacional – incorporar-se ao Direito positivo interno, ainda que colidindo com o texto constitucional, porque se situam no mesmo nível hierárquico;
- b) O tratado revoga as leis que lhe são anteriores, podendo ser revogado pelas posteriores, se estas o fizerem expressamente ou se denunciarem;
- c) A competência para celebrar tratados e convenções internacionais apresenta-se concorrente: do Presidente da República e do Procurador Geral da República;
- d) As recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho não criam qualquer obrigação para os Estados- membros da OIT, porque não são suscetíveis de ratificações com a conseqüente integração das correspondentes disposições no direito positivo;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

22- Segundo a Convenção de Viena, tratado significa:

- a) Um acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação particular;
- b) Uma convenção entre países, celebrado por escrito, homologada por um órgão internacional, com eficácia de norma jurídica quando ratificada pelo Estado -membro que o adotar, constante de um único instrumento;
- c) Um pacto internacional celebrado por escrito entre dois Estados e regido pelo direito internacional, constante de um único documento, qualquer que seja a sua denominação, segundo os preceitos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, inserindo-se automaticamente no ordenamento jurídico interno de cada país que o aprovar;
- d) Uma convenção entre países, celebrada por escrito, regida pelo direito internacional, constante de diversos instrumentos conexos, e com aprovação das respectivas embaixadas;
- e) Todas alternativas não estão corretas.

23- Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, compete:

- a) Ao Presidente da República;
- b) Ao Congresso Nacional;
- c) À Câmara dos Deputados;
- d) Ao Senado Federal;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

24- Ao regular a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, a lei dispõe que:

- a) Fica excluído do regime da lei o empregado designado para prestar serviços de natureza transitória, por período não superior a 30 (trinta) dias;
- b) O salário-base ajustado não fica sujeito aos reajustes e aumentos compulsórios previstos na legislação brasileira;
- c) Após 1 (um) ano no exterior em razão de transferência, será facultado ao empregado gozar férias no Brasil, correndo por conta da empresa empregadora, ou para qual tenha sido cedido, o custeio da viagem e habitação durante as férias;
- d) Ainda que a opção escrita do empregado, a parcela de remuneração a ser paga em moeda nacional não poderá ser paga em moeda estrangeira durante a transferência;
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

25- São, além de outros, órgãos integrantes da estrutura do MERCOSUL:

- a) A Comissão Parlamentar Conjunta – CPC, o Foro Consultivo Econômico - Social – FCES e a Comissão de Administração- CA;
- b) O Conselho do Mercado Comum – CMC, a Comissão Parlamentar Conjunta- CPC e a Comissão de Administração – CA;
- c) O Foro Consultivo Econômico - Social – FCES, a Corte Comunitária de Justiça- CCJ e o Parlamento do Cone Sul- PCS;
- d) O Conselho do Mercado Comum- CMC, a Comissão de Administração- CA e a Comissão Parlamentar do Cone Sul – CPCS;
- e) Todas afirmativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 – Indique a opção incorreta:

Na forma do § 1º, do art. 10, do CPC, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:

- a) Que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges;
- b) Resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles;
- c) Reais imobiliárias;
- d) Fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados;
- e) Que versem sobre direitos reais imobiliários.

27 – Nos termos do artigo 273, do CPC " O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. "

- a) Considerada a natureza especial da questão posta em julgamento, o juiz pode conceder a tutela antecipada, de ofício;
- b) A tutela antecipatória confunde-se com o julgamento antecipado da lide, porque o juiz decide, em ambos casos, o próprio mérito da demanda;
- c) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos requisitos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado;
- d) A tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito é tutela cautelar, se fundamentada na urgência, nos termos do inciso I;
- e) Todas as alternativas estão erradas.

28 – Vários devedores respondem solidariamente por uma dívida. O credor exigiu o pagamento através de ação dirigida contra aquele devedor que lhe pareceu mais idôneo economicamente. Indicar a hipótese correta para que, na mesma ação, o juízo declare a responsabilidade dos demais devedores:

- a) Poderá o réu a qualquer momento requerer ao juízo que convoque os demais devedores solidários, para integrarem a lide, como litisconsortes necessários;
- b) Deverá requerer, por ocasião da defesa, o chamamento ao processo dos demais devedores solidários;
- c) Deverá, no prazo de defesa, denunciar à lide os demais devedores solidários;
- d) Poderá, até o encerramento da instrução, requerer seja procedida a nomeação à autoria dos demais devedores solidários;
- e) NDA.

29 – O réu é citado por carta precatória com hora certa. O prazo para a apresentação da contestação inicia-se:

- a) Do recebimento da carta precatória, confirmando a citação com hora certa;
- b) Da data da juntada do mandado de citação cumprido, aos autos da carta precatória;
- c) Da data da citação do réu;
- d) Da data da juntada da carta precatória aos autos principais;
- e) NDA.

30 – Proposta a ação, oferecida a contestação e designada a audiência de instrução, o autor peticionou renunciando ao direito sobre que se funda a ação. Conseqüências:

- a) O juiz poderá extinguir o processo com julgamento do mérito, de imediato;
- b) O juiz poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, de imediato;
- c) O juiz dará vista ao réu para se manifestar sobre o pedido. Se não concordar, a ação prossegue normalmente;
- d) O juiz dará vista ao réu para manifestar-se. Mas mesmo sem a sua concordância, extinguirá o processo sem julgamento do mérito;
- e) NDA.

31 - Julgue os itens abaixo à luz das normas que regem a sentença e a coisa julgada no processo civil, e assinale a alternativa certa:

I - A modificação no estado de direito incidente em relação jurídica continuativa não poderá ensejar a reapreciação de tema já decidido pelo julgador, porquanto é necessária a preservação incólume da coisa julgada.

II - Para que haja a conversão da obrigação de fazer ou de não fazer por indenização de perdas e danos, é essencial que assim o requeira o demandante. Mas essa indenização dar-se-á sem prejuízo da multa cominatória.

III - A sentença prolatada deverá ser certa, salvo quando decida sobre relação jurídica de natureza condicional.

IV - Após passada em julgado a decisão de mérito, são reputadas deduzidas e repelidas apenas as alegações efetivamente apresentadas pela parte que teve seu pleito acolhido ou rejeitado.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras;
- b) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras;
- c) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras;
- d) Apenas a assertiva II é verdadeira;
- e) NDA.

32 – Marque a proposição correta:

- a) A legislação processual não admite a hipótese de embargos de terceiro opostos por credor com garantia real, para obstar alienação judicial do objeto da penhora, pois o bem hipotecado não é impenhorável;
- b) A legislação processual não admite a hipótese de embargos de terceiro, opostos por credor com garantia real, porque o seu crédito terá tratamento privilegiado na distribuição dos valores arrecadados com a arrematação;
- c) A legislação processual não admite os embargos de terceiro, opostos pelo credor com garantia real, porque a hipótese não é de turbação ou esbulho;
- d) A lei não admite que o credor hipotecário embargue a alienação judicial do bem gravado, quando penhorado por outro credor, porque a hipótese é de bem alienável sem a concordância do agravante;
- e) NDA.

33 – Em relação ao recurso de apelação, analise as proposições dadas marcando a alternativa correta.

I – O juiz monocrático não poderá negar seguimento.

II – O juiz monocrático poderá negar seguimento.

III – O juiz relator não poderá mais negar seguimento, caso o juiz monocrático tenha admitido o recurso.

IV – O juiz relator do agravo de instrumento poderá admitir a apelação mesmo tendo o juiz monocrático negado seguimento.

V – Apresentada a resposta à apelação, é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, independentemente de pedido do apelado nesse sentido.

- a) Apenas uma assertiva está correta;
- b) Apenas duas assertivas estão corretas;
- c) Apenas três assertivas estão corretas;
- d) Apenas quatro assertivas estão corretas;
- e) NDA.

34 – Examine os itens abaixo, considerada a disciplina legal do pedido, e assinale a alternativa certa:

I - A cumulação de pedidos requer que, além de compatíveis entre si e da competência de um mesmo juízo, haja entre eles conexão.

II - Considerada a regra geral de que os pedidos são interpretados restritivamente, o pedido formulado em ação na qual for requerida obrigação formada por parcelas periódicas, deverá o autor fazer menção expressa a elas para que o juiz possa incluir na condenação, aquelas parcelas que se tornarem vencidas no curso do feito.

III - Se os pedidos cumulados em uma demanda, requererem procedimentos diversos, poderá ser admitida a cumulação se o demandante empregar o procedimento ordinário.

IV - Ao serem requeridas em juízo as obrigações de natureza alternativa, cuja escolha, pelo contrato ou por disposição legal, couber ao devedor, o juiz assegurará ao réu o direito da escolha, ainda que o autor não tenha em sua inicial deduzido pedido alternativo.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras;
- b) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras;
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras;
- d) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras;
- e) Todas as assertivas são verdadeiras.

35 – Dadas as proposições, marque a alternativa correta:

I – Na reconvenção, independentemente de poder especial para receber citação, o advogado do autor (reconvindo) será citado em nome de seu cliente para respondê-la, no prazo de 15 dias.

II – A incompetência absoluta é argüida por meio de exceção, no prazo para a resposta do réu, suspendendo o curso do processo.

III – É permitido ao réu alegar a carência de ação do autor em sede recursal.

IV – A sentença arbitral constitui-se em um título executivo judicial.

Estão corretas as assertivas:

- a) Apenas I, II e III;
- b) Apenas I, III e IV;
- c) Apenas III e IV;
- d) Apenas I e III;
- e) NDA.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36- No artigo 37, § 8º da Constituição Federal, prevê que a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, cuja lei deverá dispor dos seguintes assuntos, exceto:

- a) Responsabilidades dos dirigentes;
- b) Remuneração do pessoal;
- c) O prazo de duração do contrato;
- d) Os recursos financeiros disponibilizados pela União para pagamento das despesas de pessoal ou de custeio em geral;
- e) Controle e critério de avaliação dos dirigentes.

37- Conforme novel redação dada à Constituição Federal o professor de ensino médio que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nesta função, (função do magistério infantil ou fundamental) caso pretender se aposentar voluntariamente com proventos integrais, deverá reunir respectivamente a idade e tempo de contribuição de:

- a) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem;
- b) Cinquenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher;
- c) Sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem;
- d) Sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- e) Cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

38 - O novo papel assumido pelo Estado na regulação econômica, após a recente abertura ao mercado mundial, consagra o princípio:

- a) Da dominação dos mercados;
- b) Das políticas públicas de promoção social;
- c) Da livre concorrência;
- d) Da redução de desigualdades entre as trustes e cartéis;
- e) Da defesa do consumidor.

39- Proposta de Emenda Constitucional de iniciativa do Presidente da República tendo como objeto abolir o voto direto e secreto, não poderá ser objeto de aprovação pelo Congresso Nacional, no exercício do Poder Constituinte derivado reformador, em face da obediência às limitações constitucionais, que na proposta exemplificada submete-se a:

- a) Limitação expressa material;
- b) Limitação implícita temporal;
- c) Limitação material circunstancial;
- d) Limitação expressa formal;
- f) Limitação implícita.

40- O remédio constitucional posto à disposição das pessoas para lhes assegurar o conhecimento constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, denomina-se:

- a) Habeas corpus;
- b) Ação popular;
- c) Mandado de injunção;
- d) Mandado de segurança;
- e) Habeas data.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41 - No *caput* do art. 3º, da Lei Federal 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA, dispõe:

“Art. 3º- Fica criada a Agência Nacional de Águas - ANA, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”

Conforme dispositivo legal transcrito (art. 3º, da Lei 9.984/2000), da análise do regime jurídico das entidades administrativas integrantes da Administração Indireta no Brasil, a Agência Nacional de Águas – ANA:

- a) É subordinada direta ao Ministério do Meio Ambiente;
- b) Seus servidores não se sujeitam ao teto de remuneração previsto constitucionalmente;
- c) Em caso de extinção a forma prescrita em lei será o decreto regulamentar do Presidente da República, com posterior anuência do Congresso Nacional;
- d) Em função da autonomia recebida, recebe a natureza de pessoa jurídica de direito privado;
- e) Por desempenhar atividade pública descentralizada não se submete ao controle hierárquico do Ministério de Meio Ambiente.

42- Associe corretamente e marque a alternativa correspondente:

- 1) Sistema de jurisdição única;
- 2) Faculdade que dispõe os chefes dos Poderes Executivos de explicar a lei para a sua correta aplicação;
- 3) É também chamado de sistema francês;
- 4) Distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordenando e revendo a atuação de seus agentes. Estabelece a relação de subordinação entre os servidores de quadro de pessoal;
- 5) Confere à autoridade administrativa – ante certa circunstância – escolher uma entre várias soluções possíveis.

- A) PODER HIERÁRQUICO
- B) SISTEMA JUDICIÁRIO
- C) PODER DISCRICIONÁRIO
- D) CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO
- E) PODER REGULAMENTAR.

A resposta correta se encontra em:

- a) 1E – 2B – 3A - 4D – 5C;
- b) 1E – 2B - 3A - 4C – 5D;
- c) 1B – 2E – 3D – 4A - 5C;
- d) 1B – 2E – 3A - 4D – 5C;
- e) 1E – 2B – 3D – 4A - 5C

43- Agüinde Teca Peteca é intérprete pública na Cidade de Poxoréu (MT), atuando como particular colaboradora do Estado. No exercício desta função nas condições postas, estamos diante de um agente:

- a) Administrativo;
- b) Honorífico;
- c) Político;
- d) Delegado;
- e) Credenciado.

44- Ocorre desconcentração administrativa quando:

- a) Pressupõe pessoas jurídicas distintas para desempenho de atividades públicas;
- b) Se reparte várias funções entre os vários órgãos despersonalizados de uma mesma Administração, sem quebra de hierarquia;
- c) O ente administrativo age por outorga, mediante supervisão ministerial;
- d) O ente administrativo age por delegação para execução de sua atividade, em nome próprio e sua conta e risco, observada a necessária tutela administrativa;
- e) A prestação de serviços pelo Estado é indireta e mediata, sem quebra de hierarquia.

45- Marque (V) nas assertivas verdadeiras, (F) nas falsas e assinale a opção correspondente observado a seqüência numérica.

- 1) Em que pese ser codificado nosso Direito Administrativo, as leis esparsas tornam-se de difícil conhecimento e obtenção pelos interessados, sobre não permitirem uma visão panorâmica do direito a que pertencem ();
- 2) É incorreto afirmar que a empresa pública possui personalidade jurídica de Direito Privado ();
- 3) A teoria do fisco foi desenvolvida para combater o poder absoluto existente do Governo Francês ();
- 4) As condições de validade do ato de polícia são as mesmas do ato administrativo comum, acrescidas da proporcionalidade da sanção e da legalidade dos meios empregados pela Administração ();
- 5) É incorreto afirmar que a teoria dos motivos determinantes não se encontra fundada na consideração de que os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculadas aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos ().

- a) 1F, 2V, 3V, 4F, 5V;
- b) 1V, 2V, 3V, 4F, 5F;
- c) 1F, 2F, 3F, 4V, 5V;
- d) 1V, 1F, 3F, 4V, 5F;
- e) 1F, 2V, 3F, 4V, 5V.

46- Marque (V) nas assertivas verdadeiras, (F) nas falsas e assinale a opção correspondente observado a seqüência numérica.

- 1) A autarquia é criada por lei específica, mas a sua organização se opera por decreto;
- 2) As empresas públicas são instituídas pelo Poder Público mediante autorização de lei específica;
- 3) Entende-se como serviço outorgado quando o Estado transfere por contrato, unicamente a execução do serviço, para que a entidade o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal;
- 4) Aos Territórios Federais são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios;
- 5) O regime de pessoal das empresas públicas é o previsto na legislação trabalhista e nas normas acidentárias.

- a) 1F, 2V, 3V, 4V, 5V;
- b) 1V, 2V, 3V, 4V, 5F;
- c) 1V, 2F, 3F, 4F, 5F;
- d) 1F, 2F, 3V, 4V, 5V;
- e) 1V, 2V, 3F, 4F, 5V.

47- Em se tratando de Responsabilidade Civil do Estado, a configuração do dano reparável na hipótese de comportamentos estatais lícitos requer que, ademais da certeza do dano e da lesão a um direito, para ser indenizável cumpre que o dano compreenda mais dois caracteres, que seja especial e anormal. Assim podemos afirmar:

- a) Dano especial é aquele que onera a situação particular de um ou alguns indivíduos;
- b) Dano especial é aquele que supera os meros agravos patrimoniais pequenos e inerentes às condições de convívio social;
- c) Dano certo é um dano eventual, irreal e imaginário;
- d) A intensificação de poeira na via pública configura o melhor exemplo de dano anormal;
- e) O agravo patrimonial sobre a coletividade acarretando a perda do poder aquisitivo da moeda decorrentes de medidas econômicas estatais inflacionárias, é a melhor forma de caracterizar o dano especial.

48- A Constituição Federal instituiu tetos de remuneração para a União, para os Estados, para o Distrito Federal e para os Municípios no âmbito de seus Poderes e das suas Administrações diretas, autárquicas e fundacionais. Assim é incorreto afirmar:

- a) A sua aplicação aos membros do Ministério Público;
- b) Que os direitos assegurados pela constituição, a exemplo do décimo-terceiro salário e o terço de férias, não estão incluídos nos tetos remuneratórios;
- c) Que os subsídios dos desembargadores do Tribunal de Justiça, estão limitados a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- d) Que os servidores das empresas públicas são alcançados pelo teto independentemente da fonte de origem dos recursos utilizados por essas empresas para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;
- e) Que os servidores das sociedades de economia mistas e suas subsidiárias somente são alcançados pelo teto se essas empresas receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento das despesas de pessoal ou de custeio em geral.

49- Para exercício de mandatos eletivos por parte do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, aplicam-se as seguintes regras, exceto:

- a) O servidor público pode exercer mandato eletivo federal, estadual ou municipal sem perder o cargo, emprego ou função, devendo apenas afastar-se, com prejuízo da remuneração;
- b) O tempo de serviço do servidor público afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, salvo para promoção por merecimento;
- c) O afastamento do cargo, emprego ou função com prejuízo da correspondente remuneração é decorrência do princípio geral da inacumulabilidade de cargos, empregos e funções públicas, conforme previsão constitucional;
- d) É permitido ao Vereador o exercício de cargo em comissão ou exonerável *ad nutum* nos casos já previstos na Constituição da República para Deputados Federais e Senadores;
- e) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração

50- A multiplicação de escândalos no seio da administração pública, a impunidade reinante e a constante reação da comunidade com atos de corrupção, deixando o cidadão a cômoda condição de expectador, passando a condição de ator exigente, veio à baila a Lei de Improbidade Administrativa, objetivando reprimir as más condutas observadas pelo agentes responsáveis pela condução política e administrativa nas variadas esferas. Assim sobre o tema improbidade administrativa:

Marque (V) nas assertivas verdadeiras, (F) nas falsas e assinale a opção correspondente observado a seqüência numérica.

- 1) A legitimidade ativa para a proposição da ação civil pública de improbidade administrativa, cabe tão somente ao Ministério Público;
- 2) São considerados como sujeito ativo o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- 3) As ações de ressarcimento por danos causados por agente público, seja ele servidor público ou não prescreverá no prazo de 05 (cinco) anos;
- 4) Nos atos de improbidade que importam prejuízo ao erário sujeita-se o responsável pelo ato de improbidade a sofrer penas de suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, pagamento de multa civil de até 2 (duas) vezes o valor do dano e proibição de contratar com a Administração ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- 5) Os atos de improbidade compreendem 4 (quatro) modalidades, a saber: as que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário, os que atentam contra os princípios da Administração Pública e os de Colarinho Branco.

- a) 1V, 2V, 3V, 4F, 5F
- b) 1V, 2F, 3V, 4F, 5F
- c) 1F, 2V, 3F, 4V, 5F
- d) 1F, 2V, 3V, 4V, 5V
- e) 1F, 2F, 3F, 4V, 5V